

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

Freepik

*Mulheres na mesma função ganham menos que homens*

Dia da Mulher: autonomia financeira é prioridade

Ter independência financeira para decidir sobre a própria vida é o principal objetivo das mulheres entrevistadas pela pesquisa Mulheres e Mercado de Trabalho, realizada pela Consultoria Maya com base no cadastro da plataforma de educação corporativa Koru. O levantamento, que ouviu 180 mulheres de diferentes faixas etárias e etnoraciais (exceto indígenas), revela que o mundo do trabalho continua desigual e marcado por práticas discriminatórias e violentas. Segundo os dados, 37,3% apontaram a autonomia financeira como prioridade. Em seguida, aparecem saúde mental, física e realização profissional (31%). Já a vida amorosa não é meta para a maioria: menos de uma em cada dez mulheres mencionou esse objetivo.

Relacionamento não é prioridade

“Estamos falando de ter salário, rendimento e poder de decisão, não apenas de poder de compra”, explicou Paola Carvalho, diretora da Consultoria Maya.

Para a diretora, a autonomia permite que a mulher saia de relacionamentos abusivos ou ofereça melhores condições de vida à família. “Autonomia financeira é condição para liberdade de escolha (de parceiro e de sair de relacionamentos abusivos)”, reforçou Paola.

Freepik

*Igualdade salarial é o primeiro passo para autonomia*

Discriminação no trabalho

Apesar da busca por independência, muitas mulheres relatam obstáculos culturais e estruturais para avançar na carreira. Entre os problemas mais citados estão discriminação e violência psicológica.

Do total, 2,3% disseram ter sido preteridas em promoções, geralmente por causa da maternidade. “Primeiro vêm os homens, depois mulheres sem filhos e, por último, mães”, relatou uma participante. Outra destacou: “Vejo predileção em promover mulheres que não têm filhos em vez de mães”.

Violência psicológica recorrente

A violência psicológica é recorrente: sete em cada dez entrevistadas afirmaram já ter sofrido comentários sexistas, ofensas à aparência, interrupções em reuniões, apropriação de ideias e dúvidas sobre sua capacidade técnica. “Meu coordenador me ofereceu um cargo acima do que eu estava e, quando aceitei, por três vezes ele me chamou para perguntar se eu achava que conseguiria”.

Desistência

Essas situações levaram muitas mulheres a pensar em desistir do trabalho. Mesmo quando permanecem no ambiente laboral após comentários sexistas, entre outros, o estudo conclui que sua trajetória ocorre “apesar das adversidades, e não pelas condições plenamente equitativas”.

Barreiras

A maioria das entrevistadas ocupa funções operacionais ou intermediárias. Apenas 5,6% chegaram a postos de diretoria ou cargos de alto escalão. “A presença feminina diminui drasticamente à medida que os cargos se tornam mais estratégicos, revelando uma estrutura sexista por trás desse resultado”, diz Paola.

Comprometimento

“É preciso ter um olhar diferente para essas questões. Isso parte de ações individuais e institucionais, do estagiário ao CEO”, afirma e conclui: “Em 2026, ter esses resultados é chocante. Precisamos de atitudes concretas para que autonomia e igualdade deixem de ser apenas metas e se tornem realidade”.

Estrutural

O relatório Panorama de Gênero 2025 da ONU Mulheres e dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que 708 milhões de mulheres estão fora da economia global por sobrecarga de trabalho e cuidados familiares. Esta desigualdade estrutural impede que quase metade das mulheres em idade ativa esteja no mercado.

Exclusão

O trabalho doméstico e de cuidados (cuidar de filhos, idosos, doentes) é o fator principal, que mantém mulheres indisponíveis ou impedidas de procurar emprego. Especialistas apontam que a falta de infraestrutura de apoio e políticas públicas de cuidado perpetua essa exclusão de mulheres do trabalho.

Pressão maior

A tendência é que a demanda por cuidados cresça devido ao envelhecimento populacional, o que aumentará a pressão sobre as mulheres. De acordo com a OIT, a situação mostra urgência de investimentos em políticas de cuidados para aumentar a igualdade de gênero e a participação feminina na economia.

*No Distrito Federal, a cesta básica ficou mais barata*

Cesta básica fica mais cara em 14 capitais em fevereiro

Um dos principais responsáveis pelo aumento de preços foi o feijão

Da Redação

Em fevereiro, o custo médio da cesta básica subiu em 14 capitais brasileiras. Já no Distrito Federal e em outras 12 capitais do país, a cesta básica ficou mais barata. É o que aponta a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) junto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A maior elevação ocorreu em Natal, onde o custo médio da cesta variou 3,52%. Em seguida estão João Pessoa (2,03%), Recife (1,98%), Maceió (1,87%), Aracaju (1,85%) e Vitória (1,79%). Já a maior queda ocorreu em Manaus, que apresentou variação negativa de 2,94%, seguida por Cuiabá (-2,10%) e Brasília (-1,92%).

Quando se considera o acumulado do ano, 25 cidades tiveram alta, enquanto o restante apresentou queda. As maiores elevações ocorreram no Rio de Janeiro (4,41%), Aracaju (4,34%) e Vitória (3,98%). Por outro lado, Florianópolis (-0,47%) e Brasília (-0,30%) foram as capitais que tiveram queda.

Um dos principais responsáveis pelo aumento no preço da cesta no mês passado foi o feijão, que apresentou alta em 26 unidades federativas, com exceção de Boa Vista, onde houve queda de 2,41% no preço do quilo. Em Campo Grande, o quilo do feijão teve uma varia-

ção positiva de 22,05%. Segundo os pesquisadores, a alta no preço se deve à oferta restrita, devido às dificuldades de colheita e menor área de produção em relação ao ano passado.

A carne bovina de primeira apresentou alta de preços em 20 cidades, resultado de uma menor disponibilidade de animais prontos para o abate e do bom desempenho das exportações, que mantiveram a carne bovina.

Cesta mais cara do país

Em fevereiro, a capital que apresentou a cesta básica mais cara do país foi São Paulo, com custo médio de R\$ 852,87, seguida por Rio de Janeiro (R\$ 826,98), Florianópolis (R\$ 797,53) e Cuiabá (R\$ 793,77). Já nas capitais do Norte e do Nordeste do país, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 562,88), Porto Velho (R\$ 601,69), Maceió (R\$ 603,92) e Recife (R\$ 611,98).

Com base na cesta mais cara do país, que em fevereiro foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o valor vigente no mês passado deveria ser de R\$ 7.164,94 ou 4,42 vezes superior ao mínimo atual, estabelecido em R\$ 1.621,00.